

CAPOEIRA



REVISTA DE HUMANIDADES E LETRAS

ISSN: 2359-2354

Vol. 9 | Nº. 1 | Ano 2024

Editores

Dr. Pedro Acosta-Leyva.
Dra Juliana Barreto Farias.

Site/contato

<https://revistas.unilab.edu.br/>

Email: leyva@unilab.edu.br

Email: julianafarias@unilab.edu.br

O sistema educacional no pós-independência santomense

Dandara Matos¹

Resumo

O presente trabalho propõe-se a exemplificar, através dos textos do jornal Revolução, os caminhos e dilemas na organização do ensino em São Tomé e Príncipe no início do pós-independência. Em 12 de julho de 1975, o pequeno país insular assinou sua independência. Nos primeiros anos o governo rearranjou as estruturas existentes no território, antes sob comando de Portugal. Uma das áreas mais complicadas foi a educação, onde as infraestruturas eram precárias e os recursos humanos, escassos. Os desafios, as novas linhas ideológicas, as alianças e dilemas da forma que a educação deveria ser conduzida refletiram nos textos do jornal Revolução. O jornal era institucional, pertencente ao Ministério de Telecomunicações, respondendo de forma direta aos direcionamentos do governo de partido único do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). Com a Proclamação da Independência, nascia também uma nova narrativa histórica sobre os fatos ocorridos nas ilhas, porém, naquele momento, com o olhar dos nacionalistas santomenses. A análise do jornal pode nos dar um panorama do cenário da época. A ideia deste artigo não é aprofundar o tema, mas apresentar a conjuntura inicial da educação pós-dia 12 de julho de 1975.

Palavras-chaves: São Tomé e Príncipe; Educação; Pós-independência.

¹ Professora Substituta da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) – Campus VII. Doutoranda em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Membro do Grupo de pesquisa África em Pauta e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Recôncavo da Bahia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Componente do GT África da ANPUH – seção BA, da Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros (RHN) e da Associação Brasileira de Estudos Africanos - ABE/África. E-mail: dandara.matos@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8093-3198>.

The educational system in Santomean post-independence

Abstract

The purpose of this paper is to exemplify, through the texts of the newspaper called “Revolution”, the paths and dilemmas in the organization of education in São Tomé and Príncipe at the beginning of its independence. On July 12, 1975, the small island country signed its independence. In the first years, the government rearranged the existing structures in the territory, previously under the rule of Portugal. One of the most complicated areas was education, where infrastructure was precarious and the human resources were scarce. The challenges, the new ideological lines, the alliances and dilemmas concerning the way that education should be conducted were reflected in the texts of the newspaper “Revolution”. The newspaper was institutional, belonging to the Ministry of Telecommunications, responding directly to the directions of the one-party government of the Movement for the Liberation of São Tomé and Príncipe (MLSTP). With the proclamation of independence, a new historical narrative was also produced about the events that took place on the islands, but, at that moment, through the eyes of Santomean nationalists. The analysis of the newspaper can give us an overview of the scenario at the time. The idea of this paper is not to delve into the subject, but to present the initial situation of education after July 12, 1975.

Keywords: São Tomé and Príncipe; Education; Post-independence.

Para pensar a educação santomense nos primeiros anos de São Tomé e Príncipe independente, é preciso fazer uma pequena introdução na história, começando desse



Figura 1: Proclamação da Independência de São Tomé e Príncipe, distinguindo-se, ao centro, *Nuno Xavier Daniel Dias*, Presidente da Assembleia Constituinte, e o *Almirante Rosa Coutinho*, representante de Portugal na cerimônia. Sábado, 12 de julho de 1975.



Fonte: Fundação Mário Soares / Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, 1975.

acontecimento tão marcante para o país, que foi sua independência. Após 14 anos do início da guerra anticolonial contra Portugal, que levou ao enfraquecimento do regime do Estado Novo e facilitou a sua derrubada pelo episódio que ficou conhecido como Revolução dos Cravos, os territórios africanos, que estavam sob o domínio português, concretizaram a conquista das suas independências. Em São Tomé e Príncipe esse feito ficou marcado pela data 12 de julho de 1975.

O despontar da independência no ano de 1975 foi uma mistura de euforia e preocupação. Euforia, porque as ilhas nunca tinham experimentado outra estrutura administrativa que não a oferecida por Portugal, já que elas eram inabitadas na chegada dos portugueses no século XV. Preocupação, pois o novo cenário apresentava desafios e problemas, e que as soluções não seriam tão fáceis.

Figura 2: Manuel Pinto da Costa em 1980



Fonte: Wikipédia – Ficheiro Manuel Pinto da Costa

Durante a guerra contra Portugal, São Tomé e Príncipe não foi palco de nenhuma luta armada, porém, não deixou de enfrentar o regime em outras frentes. Em 1960, foi criado o Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), e que, mais tarde, em 1972, transformou-se em Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). Sendo esse grupo, na altura da independência, reconhecido por Portugal como representante do povo santomense, que conduziria o governo de transição e cuidaria da efetivação dos trâmites da independência.

No dia 12 de julho, após a cerimônia de assinatura da independência, o membro do bureau político do MLSTP, Manuel Pinto da Costa, assumiu a cadeira da presidência do país. A partir desse momento, o país passou a se chamar República Democrática de São Tomé e Príncipe e foi instaurado o regime de partido único e, assim, iniciou-se o governo independente.

No Continente Africano, o regime de partido único foi adotado pela maioria das nações que ascenderam à independência. Pinto da Costa afirma, em seu livro *Terra Firme* (2011), que o desejo de conduzir o destino dos seus territórios com as próprias mãos – acreditando na igualdade, fraternidade e liberdade – fez com que os nacionalistas da época acreditassem que o melhor para suas terras era o regime de partido único. Refere-se que se deve considerar os motivos que estiveram na base desta decisão. O primeiro seria o apoio do bloco comunista à luta anticolonial; o segundo, a opressão do regime ditatorial de Salazar; o terceiro, a exportação dos modelos socialistas; por último, a bipolarização da Guerra Fria e seus impactos no mundo.

Para Augusto Nascimento, o regime implantado no pós-independência de São Tomé “[...] traria a aniquilação das liberdades individuais [...]” (NASCIMENTO, 2016). O autor argumenta que a posição do MLSTP foi de truculência e arbitrariedade. Gerhard Seibert (2002) afirma que, no início do regime, o povo apoiava o partido e o governo no novo projeto de nação (SEIBERT, 2002). Os nacionalistas africanos, na sua maioria, acreditavam que o partido único era necessário para não existir uma corrida desenfreada ao poder, mas que, mesmo com uma ditadura implantada, era um regime do povo e governado pelo povo.

Em relação a isso, Heitor Romana (1997) argumenta que o regime encontrou terreno favorável no continente africano devido a: construção de uma identidade e pertença nacional; alegação da transição do poder da mão dos usurpadores para os legítimos filhos da nação, fazendo assim o discurso do controle necessário na mão desses poucos; um plano de homogeneidade entre os povos. O que importa é que esse modelo de regime resistiu em São Tomé e Príncipe até 1991, quando se iniciou a abertura política. A estrutura pensada da educação nas ilhas foi baseada nas estruturas desse regime, que, mesmo com o discurso de governo do povo, não passava de uma ditadura como outra qualquer.

Quando se deu a materialização da independência, São Tomé e Príncipe tinha 80.000 habitantes, entre forros, angolares e contratados (MATOS, 2018, p. 36). Segundo Joana Feio (2018), os forros e angolares eram as duas principais etnias das ilhas

santomenses. Os forros, por serem filhos de africanas escravizadas com os colonos portugueses, tinham um status maior na sociedade. Os angolares eram descendentes de “escravos fugidos dos engenhos e das roças, em regra geral definidos enquanto originários de Angola, sobreviventes de um naufrágio que os conduziu ao sul de São Tomé” (FEIO, 2008, p. 23). Os contratados eram os que vinham – após o fim da escravidão em São Tomé e Príncipe – de Cabo-Verde, Angola e Moçambique, para trabalhar nas roças de cacau e café.

Entre as etapas de organização do novo governo, em 5 de novembro de 1975, entrou em vigor a constituição que regeria a nação². A língua portuguesa foi escolhida como oficial, contudo, além delas se falavam nas ilhas, à época da independência, as línguas: *crioulo forro*, *angolar* e *crioulo caboverdiano*. Sobre isso, a autora Jéssica Bandeira diz:

[...] o português convive com outras línguas, sendo elas o *santomé* ou crioulo forro (falado pela maioria da população), o *principense* ou o *lung'lé*, (falado na região autônoma do Príncipe), o *kabuverdiano* (falado pelos descendentes dos cabo-verdianos), o *angolar* ou *anguené* (falado por uma pequena população do sul e do norte das ilhas), e o mais recente *tonga* (uma variante do português falado pelos descendentes dos angolanos e moçambicanos, cujo sotaque e entonação é diferente do português dos restantes santomenses) (BANDEIRA, 2017, p. 07).

Esses dois pontos são importantes para pensarmos a temática desse artigo. A primeira questão a ser levantada aqui são os motivos que na primeira constituição o tema Educação não é abordado de forma direta, com seções específicas de como seria o funcionamento nesse novo regime. E a segunda questão é o motivo que os dirigentes decidiram pelo português como língua oficial já que o analfabetismo tinha altas taxas.

Para pensar a questão da constituição, é importante situar o contexto, o período que a independência chegou era de conjuntura política externa conturbada, a Guerra Fria estava em curso. E mesmo que Pinto da Costa tenha entrado no grupo de países não alinhados, o regime instalado nas ilhas era de ideologia socialista, logo, a constituição tinha uma preocupação mais específica com o posicionamento político e explanação da estrutura do poder instaurada. Ela tinha um preâmbulo composto por quatro parágrafos, cinco capítulos e 49 artigos. Sobre o preâmbulo:

² Ela foi substituída em 2003, após a mudança de regime de partido único para multipartidarismo.

No primeiro parágrafo da parte preambular, explicam-se as razões que presidiram à declaração da independência, afirmando que “durante cinco séculos o Povo do Arquipélago de S.Tomé e Príncipe viveu sob o domínio do colonialismo, sendo vítima de todas as formas de opressão e de exploração”. E, no segundo continua-se com a explicação dos motivos, dizendo-se que, “reagindo contra as arbitrariedades e humilhações impostas pelo dominador estrangeiro e decidido a reconquistar a sua liberdade e dignidade humanas, o povo fundou em 1960 o Comité de Libertação de S.Tomé e Príncipe (CLSTP), mais tarde denominado Movimento de Libertação de S.Tomé e Príncipe (MLSTP), como expressão da sua vontade em lutar por todos os meios ao seu alcance contra a dominação política, económica, social e cultural, instaurada no País pelo regime colonial português”. O terceiro dizia que, “fora essa luta intransigente, dirigida pelo MLSTP, vanguarda revolucionária do povo, que forçou o Governo Português a celebrar e assinar com o Movimento de Libertação de S.Tomé e Príncipe (MLSTP), em 26 de Novembro de 1974, o Acordo de Argel, que reconheceu o direito do povo santomense à autodeterminação e à independência e previu a eleição duma Assembleia Representativa, com poderes de proclamar a independência e de elaborar a sua Constituição”. No quarto e último, aparece já uma definição dos valores revolucionários aceites pelos novos poderes, ao afirmarem que “conquistada a independência nacional a 12 de Julho de 1975, o Povo de S.Tomé e Príncipe continua a sua marcha irreversível no caminho da revolução democrática e popular com o fim de alcançar os objectivos de carácter económico, social e cultural, definidos no programa do MLSTP, visando a edificação de uma sociedade isenta de exploração do homem pelo homem, a consolidação da unidade dos povos africanos e o fortalecimento da amizade e solidariedade com todos os povos do mundo”. (MOURÃO, PORTO, MANTOVANINI, 2008, p. 773 e 774).

Só com análise do preâmbulo, feita pelos autores, é possível constatar que a preocupação na escrita da constituição estava em provar a legitimidade da luta anticolonial, além de personificar os revolucionários e os nacionalistas.

Sobre a escolha da língua, Filipa Fava argumenta que o caso de São Tomé e Príncipe é diferente. Enquanto para Angola, Laura Padilha (2002) fala que a língua portuguesa foi ressignificada e não aceita de forma passiva. Fava exemplifica que o português nas ilhas santomenses era quase língua materna, a ocupação das ilhas pelos primeiros colonos e escravizados constituiu, de uma certa forma, o português como principal, e as variações passando a ser criadas naquele momento nas comunicações:

Os escravos trazidos do africano, acorrentados às suas línguas maternas, encontraram o português do século XVI e, na tentativa do diálogo, nascia os crioulos. São normalmente designados na literatura quatro crioulos do Guiné: o Forro ou língua de S. Tomé, falado por 73,5% da população; o Lung'ie ou língua da ilha do Príncipe, falado por 1,6%; o Fá d'Ambô, da Ilha de Ano Bom (Guiné Equatorial), falado por cerca de 4 mil; e o Angolar, falado zona específica da ilha de São Tomé, para

o qual o censo de 1991 não apresenta dados, tal como para outros dialetos falados no país: o Português Tonga e Caboverdiano, procedente da grande numa leva de contratados, que vinham do arquipélago da morabeza, para trabalhar nas roças. A parece portuguesa, ao contrário do que se pode pensar, é cada vez mais a língua materna (ou em situação de bilinguismo/plurilinguismo) dos são-tomenses, 99,8 % dos quais declaram falar Português, fazendo uma língua clara percepção do poder de comunicação a nível mundial que o Português permite. (FAVA, 2009, p.27).

Contudo, para Paulo Freire (2011), a adoção da língua do colonizador dificultava o processo de aprendizado e alfabetização e também um obstáculo para uma real independência. No entanto, o mesmo autor tinha a consciência que a adoção da língua materna – dos territórios que foram invadidos pelos europeus – não seria possível sem uma força tarefa do Estado para criar um sistema educacional eficiente, com criações de bons materiais, transcrições das línguas orais para escrita.

Com essa análise inicial, não podemos afirmar que a não escrita na constituição sobre pontos do sistema educacional que estava por vir e que a escolha da língua portuguesa como oficial consistira em uma não preocupação com a temática educação. O sistema educacional instalado, a partir de 1975, passou a ter como base o socialismo, a língua portuguesa e a economia planificada. A partir desse ponto do artigo, vamos entender como se desenvolveu a organização da educação em São Tomé e Príncipe e como isso foi representado e debatido no jornal *Revolução*.

São Tomé e Príncipe, como outros países africanos que conquistaram sua independência na segunda metade do século XX, adiu a precária educação colonial. O Estado Novo não investia em uma educação estruturada nas ilhas, quem tinha condições financeiras enviava seus filhos para estudar em Lisboa, Coimbra e Porto, tanto para ensino básico, quanto para o ensino universitário. Por isso, o contexto educacional santomense, em 1975, era marcado por altas taxas analfabetismo. Só havia uma escola de ensino secundário e nenhum estabelecimento de ensino profissional.

Na Primeira República (1975-1991), na fase inicial da organização educacional o governo construiu escolas na maioria dos distritos, para que assim chegasse educação a todas as partes da ilha. O sistema educativo da República Democrática de São Tomé e Príncipe dividiu-se em “três níveis, designadamente a pré-primária, que seria de um ano, a primária, albergando quatro anos de aprendizagem, e, por fim, a preparatória, cuja formação preencheria dois anos” (ESPÍRITO SANTO, 2015, p. 359).

O historiador Carlos Espírito Santo chama atenção para as transformações dos números na questão educacional. De 1974, último ano do regime colonial, até 1981, o número de estudantes triplicou, chegando até 30 mil. E o orçamento também acompanhou esse salto, quadriplicando, indo de 23 milhões de dobras para 91 milhões:

[...] o ensino era gratuito, o Governo de São Tomé e Príncipe despendia anualmente 90 dólares na preparação de uma criança, enquanto a média no continente africano não ultrapassava 40 dólares. Anota-se. O ensino primário de três grupos, que englobava crianças dos 6 aos 14 anos, cobria 95% da população infantil. (ESPÍRITO SANTO, 2015, p. 359).

A pesquisadora Euridice Fernandes afirma que, no período colonial, a cada 100 habitantes, 80% eram analfabetos; o ensino só privilegiava 20% da população. Sendo a grande maioria moradores e trabalhadores das roças de cacau e café, o acesso à escola ficava para aqueles que habitavam o centro urbano (FERNANDES, 2008, p. 13). Com os dados apresentados pela pesquisadora, fica evidente o porquê das primeiras ações do Ministério da Educação ter sido a ampliação dos estabelecimentos de ensino pelo arquipélago.

Em STP, tal como nas restantes “Províncias”, a escolaridade no período colonial foi marcada pelos mesmos objetivos, priorizando-se fundamentalmente o aspecto econômico que sustentava toda a filosofia subjacente à colonização. A estratégia foi desenvolvida tendo em conta a estratificação social. Os grupos beneficiados com a educação pertenciam às elites, aos filhos dos colonos, a um número reduzido dos Filhos da Terra (mestiços) e aos filhos de indivíduos de estratos sociais, identificados na sua maioria como Forros. (SOUSA, 2015, p. 41).

Figura 3: Alda Graça Espírito



Fonte: Templo Cultural Delfos, julho de 2015.

De 1975 a 1982, São Tomé e Príncipe teve cinco ministros da educação. Em 1975, Alda Graça Espírito Santo foi a primeira a assumir a pasta, sendo sucedida em 1976 por Celestino Rocha da Costa, que ficou no cargo até 1977. Em 1978, Leonel D’Alva assumiu o posto, entregando o cargo para Maria do Nascimento Amorim em 1980. Em janeiro de 1982, Rafael Branco tornou-se ministro, ficando por dois anos (SEIBERT, 2002, p. 525 a 528). Essas cinco mudanças são importantes por causa dos acontecimentos históricos educacionais que ocorreram nas ilhas, que começa em 1975, com a implantação do novo sistema e vai até 1982, com a reforma educacional ocorrida ainda na primeira república³.

Em 1979/80, devido às más condições existentes e insatisfações generalizadas no funcionamento do sistema, fez-se a chamada Reforma Integral do Ensino, implementada a partir dos anos 1982/83. A reforma consistia em: a) – Revolucionar os aspectos científicos e técnicos bem como definir a função social da escola; b) – Criar uma nova estrutura e organização na educação e uma nova estrutura para a elaboração de conteúdos, planos de estudo e métodos de ensino, preparação da classe docente, entre outros aspectos ligados ao sistema educativo; c) – Criar

³ “A elaboração da Lei de Base para o sistema teve o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. Contava vinte e quatro artigos e entrou em vigor em abril de 1981. Esta Lei de Base para o Sistema Educativo em S.Tomé e Príncipe vigorou até ao ano de 1988.” (VARELA, 2008, pg. 49).

uma nova Lei de Base para o sistema educativo no país. (VARELA, 2008, p. 49).

Alda Espírito Santo, primeira ministra da Educação, era poetisa, revolucionária da luta pela libertação de São Tomé e Príncipe e autora do hino nacional. O sistema educacional começou a ser desenhado por ela, que acreditava que a educação não poderia estar separada da luta pela emancipação completa e da luta no campo, a educação tinha que acompanhar a reforma agrária. Esse posicionamento foi enfatizado por ela na entrevista concedida ao jornal *Revolução*, em 22 de agosto de 1975:

Uma nova mentalidade resume a panorâmica do ensino que desejamos implantar no nosso país, começando por uma educação de base, de como que a escola acompanhe o processo de evolução do país. Concretizando, queremos explicar que no campo duma reforma agrária, a escola tem que estar comprometida nesse processo. Todos os estudantes terão de viver a realidade do sector de desenvolvimento do país (*REVOLUÇÃO*, 1975, nº 3, p. 03).

Essa relação da educação com o trabalho nas roças é um tema importante, pois ele foi usado pelo governo muitas vezes na tentativa de valorização do trabalho nas plantações, e vários textos retrataram essa temática no jornal *Revolução*. É preciso nesse momento entender qual era essa relação do santomense com o trabalho e os motivos do governo organizar uma campanha intensa de incentivo ao trabalho braçal.

Em 1876, a escravidão chegou ao fim e os ilhéus – angolares e forros – e os ex-escravizados recusavam o trabalho nas plantações, por entenderem que era uma continuação da escravidão. Para os forros, ainda tinha o agravante, pois eles acreditavam que isso era um rebaixamento da posição social deles⁴. Com isso, a metrópole criou o sistema de contratados, em que contratava mão de obra para as roças.

Durante o tempo colonial, os serviçais eram os trabalhadores importados para as roças. Durante largo tempo sujeitos à tutela de donos ou administradores das roças, os roceiros, os serviçais permaneceram apartados do tecido social local. Aliás, os ilhéus também se esforçavam por se demarcar dos serviçais obrigados a um trabalho aviltante e quase escravo. Enquanto parte destes foi repatriada, outros fixaram-se pelas roças e alguns permaneceram após a Independência. Até hoje, as diferenças entre os ilhéus e os ex-serviçais não se encontram totalmente esbatidas (NASCIMENTO, 2010, p. 47).

⁴ “A população nativa, os forros e os angolares sempre se recusaram a aceitar “o trabalho escravo” nas plantações, pois o consideravam abaixo do seu estatuto de africanos livres” (SEIBERT, 2014, p. 61).

Após a independência, a base econômica das ilhas continuou dependendo da exportação de café e cacau. Contudo, não se tinha mais os trabalhadores de Angola, Moçambique e Cabo Verde e os ilhéus continuavam a resistir ao trabalho nas roças. O MLSTP começou a criar medidas para que conseguisse superar essa resistência. É preciso considerar que, durante o processo de luta pela libertação, o discurso de aversão ao trabalho nas plantações foi alimentado pelo movimento, que afirmava que laborar as commodities santomenses era ajudar o sistema colonial.

O problema é que agora a economia precisava desenvolver e o MLSTP tinha que refazer o discurso sobre o trabalho e a importância desses espaços. O governo passou a veicular, principalmente nos meios de comunicações, que trabalhar nas roças fazia parte do ser revolucionário e era necessário para que o país conseguisse realmente sua independência, deixando claros que todos os santomenses eram importantes nessa construção (NASCIMENTO, 2015, p. 139-140).

Marina Berthet (2016) expõe que, além da relutância dos santomenses, principalmente dos forros, em trabalhar nas roças, os governantes não estavam familiarizados com a funcionalidade administrativa desses espaços agrícolas. Isso acabou levando a um resultado de falta de entrosamento entre o governo e os trabalhadores existentes.

Uma das políticas adotadas pelo governo foi instituir o trabalho voluntário, para que os verdadeiros patriotas se inscrevessem para ajudar no desenvolvimento da nação. O *Revolução* afirmou que “as inscrições para o trabalho voluntário nas Roças, por parte de todos os sectores da sociedade, multiplicaram-se entusiasticamente” (REVOLUÇÃO, 1975, nº 05, p. 01). Entretanto, Augusto Nascimento pondera que uma possível recusa por parte da população seria quase inviável devido ao controle social e político por parte do regime. Gerhard Seibert afirma que, com o passar do tempo, o discurso começou a deixar de surtir efeito e a população, que antes se sentia coagida a participar, passou a refutar a ação. Reitera ainda que, mesmo com o discurso forte sobre a importância do trabalho na roça para reconstrução do país, não se conseguiu vencer a aversão que se tinha a esse tipo de trabalho.

A forma como o jornal trata o trabalho nas roças mostra a apreensão do governo em vencer a repulsa da população – com ênfase na forra – sem usar as táticas do trabalho forçado, como no colonialismo. Nascimento menciona que os dirigentes, entre a coerção

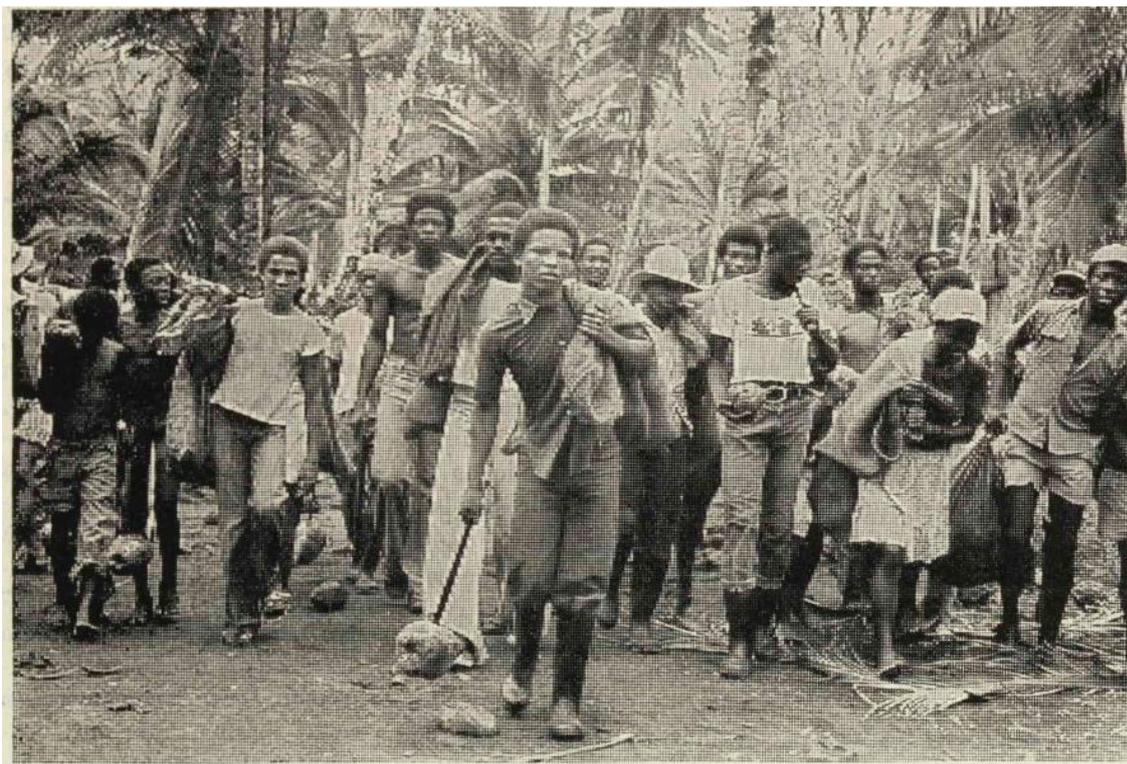
e o discurso político, optaram pelo segundo e apostaram na persuasão para assim conseguir suprir a necessidade de mão de obra do país.

Após esse pequeno balanço sobre a discussão da relação laboral pós independência nas ilhas, demonstrarei como esse discurso foi utilizado na educação e como os estudantes foram utilizados como propagandas para as políticas do governo. Começaremos com o texto *A educação é vanguarda duma produção capaz* (REVOLUÇÃO, 1976, nº 17, p.02). Nesse artigo é abordado como o trabalho é importante, mas que nenhum desenvolvimento pode se dar sem conhecimento. Plantar, colher, usar os instrumentos necessários para o trabalho sem estudar e se aprimorar não ajudam no desenvolvimento:

É por isso que defendemos que a produção só ganhará o incremento por todos nós desejável, se ela for complementada com a educação. E ao ensino, como forma de educação, está reservada a missão de levar a todo o povo de S. Tomé e Príncipe o quanto lhe falta para servir capazmente a nossa nobre causa de reconstrução nacional e, implicitamente, para servir melhor os nossos interesses como povo livre e independente. (REVOLUÇÃO, 1976, nº 17, p. 02).

Figura 4: Alunos em férias na produção agrícola, 1979

Fonte: *Revolução*, nº 48, 1979, p. 04



Estudantes participam na apanha de côco

Avançando um pouco mais na forma como o governo entrelaçava a temática educação e trabalho nas plantações, temos uma notícia do dia 17 de setembro de 1976, quando o jornal vai publicar uma atividade da juventude que passou o dia na plantação de arroz. Naquele momento o estado santomense estava investindo na plantação de arroz como uma forma de diminuir a importação desse cereal.

A ação com a juventude, que vai realizar suas atividades nas plantações de arroz nas férias, é retratada pelo *Revolução* como uma demonstração de interesse no desenvolvimento da nação e na busca de ajudar o país a diminuir sua dependência nas importações. Aqui é importante analisar que o pensar educacional independente das ilhas tem foco no trabalho e desenvolvimento econômico. O combate ao analfabetismo, as políticas de combate à aversão do trabalho nas roças, o incentivo para que os estudantes participem de atividades agrícolas, tudo isso é pensado e desenhado para que fosse possível o desenvolvimento econômico, o que fica evidente na escrita da maioria dos textos do jornal, que é utilizado como porta voz do governo.

Poder-se-ia dizer que levar os jovens estudantes à participação em atividades agrícolas seria tarefa difícil, logo que tenhamos em conta o mito que predominava no anterior regime, segundo o qual o trabalho nas roças era humilhante e desprezível. Mas, nada disso. O aumento de

consciência política que se opera progressivamente no povo de S. Tomé e Príncipe, em geral, e na juventude, em particular, deu resposta certa a essa “tara” com que o colonialismo nos deixou. Com efeito, os ensinamentos que já temos quanto à necessidade do equilíbrio social, dizem-nos, e nós concluímos já por experiência própria, que não há trabalho desprezível. Desprezível só podem ser os homens que não trabalham. É nesta ordem de pensar que, nestas últimas férias escolares, a juventude estudantil lançou-se entusiasticamente nos trabalhos agrícolas nas roças nacionalizadas, visando a obtenção do aumento da produtividade. Os estudantes têm como ponto assente, que é imperioso diversificar a agricultura no nosso País para assegurar a nossa subsistência e reduzir a nossa dependência do exterior. E por isso, num gesto de apoio à política educacional, de interligar o ensino à produção directa, e de parceria com os técnicos nacionais e estrangeiros que no nosso País estão empenhados nesta árdua mas aliciante tarefa, os estudantes estão participando no cultivo do arroz[...]. (REVOLUÇÃO, 1976, nº 27, p. 10).

Considerando as afirmações de Seibert e Nascimento de que o trabalho voluntário nas roças funcionava na base do controle social exercido pelo governo, não é possível ignorar que o jornal *Revolução* operava bastante esforço para demonstrar que o programa de trabalho voluntário funcionava e que a parceira escola, estudantes e roças era uma realidade. Em 1979, já passado três anos e meio do início das ações do governo para valorizar o trabalho agrícola, o *Revolução* noticiou que um grupo de estudantes doara um mês das suas férias para trabalhar na roça nacionalizada de Vista Alegre. Lá, os estudantes trabalharam lado a lado com funcionários, e o texto exaltou o “desmantelamento do divórcio entre estudantes e trabalhadores” (REVOLUÇÃO, 1979, nº 47, p. 02). A conclusão desse texto convocava para que mais práticas como essas fossem feitas pelos estudantes:

Não há dúvida que foi uma grande iniciativa, esta destes jovens. Esperamos que outras como ela se repitam. São muito importantes para o nosso povo, iniciativas deste género, tanto mais quando se trata de engajar a juventude estudantil na produção directa de bens materiais. (REVOLUÇÃO, 1979, nº 47, p. 02).

Figura 5: Curso de formação de professores primários, em 1979



Fonte: *Revolução*, nº 47, 1979, p. 04

Voltando a outros pontos abordados pela então a ministra da educação, Alda Espírito Santo, na entrevista concedida ao jornal, ela argumenta como a reciclagem dos profissionais da educação tornou-se uma etapa importante, principalmente, porque seriam eles responsáveis pela formação do homem novo santomense⁵, que seriam responsáveis por conduzirem a marcha da transformação social do país. Outro ponto forte do seu discurso era que o bom desenvolvimento do ensino dependia, sobretudo, do empenho e sacrifício dos ilhéus, principalmente, nos profissionais envolvidos na educação. Cabia a esses a formação da nova mentalidade dos cidadãos, por isso os cursos de formação de professor eram uma etapa tão importante.

A respeito desse *homem novo santomense*, Augusto Nascimento (2015) alerta que o regime de partido único, de carácter socialista, se aproveitou desse conceito para controlar os indivíduos, alegando que isso era feito para combater o neocolonialismo. Esse homem novo foi desenhado através de várias privações sociais e pessoais dos cidadãos das ilhas, e não seguir essa nova mentalidade era encarado como contrarrevolucionário.

⁵ O jornal *Revolução* descreve o homem novo santomense como: “para nós, o Homem Novo é aquele despedido de complexo e de preconceitos obscurantistas, é aquele que está política, ideológica e culturalmente bem formado, dotado de conhecimentos científicos e técnicos, instrumentos de luta pela transformação social”. (REVOLUÇÃO, 1978, nº 43, p. 04).

O instrumento com que os dirigentes condicionaram as opções dos conterrâneos foi a meta voluntarista do homem novo. Parecendo entroncar na aspiração a uma libertação total, o homem novo seria o rótulo para tornar aceitável para os ilhéus a sua transformação em homens socialistas, naturalmente com os condicionalismos daí decorrentes. Tal objectivo passava por impor uma nova moral nas escolas, tornadas um instrumento de ideologização sob a máscara da libertação da alienação. O homem novo sumarizava um desígnio voluntarista de criação de uma ordem normativa pressupostamente baseada no consentimento dos são-tomenses, desapegados de interesses pessoais, entrementes trocados pela generosidade do engajamento nos objectivos colectivos. (NASCIMENTO, 2015, p. 140).

E a educação, como a própria Alda Espírito Santo já tinha dito, fazia parte da estrutura desse projeto e da implementação dessa nova mentalidade. Em um texto da edição nº 15, de 30 de janeiro de 1976, são abordados quais vícios deveriam ser combatidos e como a educação ajudaria nesse processo:

Mas, para avançarmos, é necessário eliminar do nosso seio os erros e maus vícios herdados do colonialismo, como o alcoolismo, o individualismo, a preguiça, a ambição, etc. Por isso a educação deve ser canalizada de modo a criar no seio da massa uma mentalidade nova, fazendo ressaltar a ideia da unidade. Pois para um ensino que sirva às massas tem que ter em conta a unidade e combatermos o individualismo, uma das armas utilizadas pelos colonialistas para melhor reinarem; criar no espírito o sentido de solidariedade, para fazer desenvolver o trabalho coletivo e eliminar tudo quanto sirva a reacção. (REVOLUÇÃO, 1976, nº 15, p. 02).

Na edição de nº 6, o jornal publicou o despacho que tratava da mudança do nome das escolas santomenses. Com a lista de alterações dos nomes, foi possível saber quantas escolas existiam naquele momento no país, eram 32 estabelecimentos de ensino. Abaixo citarei a justificativa para a troca de nomes e depois exibirei uma tabela com as alterações:

A cultura do povo, os valores, autênticos do nosso país, foram subjugados pela dominação colonial fascista. Como resultado da imposição de imperativos que nada tinham analogia com nossa realidade, ficaram nas nossas escolas patronos que atestam o estigma da opressão. S. Tomé e Príncipe independente impõem-se que os nossos estabelecimentos de ensino ostentem como patronos, vultos da nossa terra, ou recordem as zonas populacionais onde se encontram os nossos edifícios escolares. (REVOLUÇÃO, 1975, nº 06, p. 06).

Tabela 01:

Alteração dos patronos das escolas em São Tomé e Príncipe, em 1975⁶

Antigos patronos	Actuais patronos
Escola Técnica de S. Tomé	Liceu Técnico de S. Tomé e Príncipe
Escola Preparatória Pedro Álvares Cabral	Escola Preparatória Patrice Lumumba
Escola Primária de Vaz Monteiro	Escola Primária Maria de Jesus de Agostinho das Neves
Escola Primária de Infante D. Henrique	Escola Professor Atanásio Gomes
Por consenso dos Professores Primários reunidos:	
Escola Primária de Viana da Mota	Escola Primária de Viana da Mota
Escola Primária das Neves	Escola Primária das Neves
Escola Primária de Aeroporto Jorge Gorgulho	Escola Primária de Aeroporto (Príncipe)
Escola Primária de Afonso de Albuquerque	Escola Primária Boa Morte
Escola Primária de Almeirim	Escola Primária de Almeirim
Escola Primária de Bartolomeu Dias	Escola Primária de Caixão Grande
Escola Primária de D. Berta Craveiro Lopes	Escola Primária Professor Trindade de Sousa Pontes
Escola Primária de Boto Machado	Escola Primária de Madalena
Escola Primária de Dr. Francisco Tenreiro	Escola Primária de Dr. Francisco Tenreiro
Escola Primária de Gago Coutinho	Escola Primária de Batepá
Escola Primária de Professor Januário Graça	Escola Primária de Professor Januário Graça
Escola Primária do Comandante João Belo	Escola Primária Paula Lavres
Escola Primária de João de Paiva	Escola Primária de Guadalupe
Escola Primária de Santo Amaro	Escola Primária Professor José Bouças
Escola Primária D. Maria de Jesus de Agostinho das Neves	Escola Primária do Riboque
Escola Primária D. Maria do Resgate Salazar	Escola Primária de Santana
Escola Primária de D. Moisés Alves de Pinho	Escola Primária das Almas
Escola Primária de Oliveira e Carmo	Escola Primária do Conde
Escola Primária de Pantufo	Escola Primária de Pantufo
Escola Primária de Pedro Escobar	Escola Primária de Bom-bom
Posto Escolar de Potó	Escola Primária de Potó
Escola Primária de Silva Sebastião	Escola Primária Bobô Fôro
Escola Primária de Vasco da Gama	Escola Primária da Ribeira Afonso
Posto Escolar de Angra Toldo	Escola Primária de Angra Toldo
Posto Escolar de Lemos	Escola Primária de Lemos
Posto Escolar de Magodinho	Escola Primária de Micóló
Posto Escolar de Monte Mário	Escola Primária de Monte Mário
Posto Escolar de Santa Catarina	Escola Primária de Santa Catarina
Gabinete do Ministro da Educação e Cultura Popular em S. Tomé, 28 de agosto de 1975. – O Ministro, Alda do Espírito Santo.	

É importante problematizar que mexer no nome de instituições, precipuamente educacionais, não é uma questão de estética ou vaidade. Os espaços que ocupamos carregam nossa memória, precisam compactuar com a realidade da sociedade e a história local. A ação do Ministério da Educação santomense só reforçou que a preocupação com a educação estava para além das atividades em salas de aulas. Mostrando para a população que a partir dali haveria uma reescrita da história das ilhas, com os santomenses em destaque.

⁶ A escrita da tabela segue a escrita do documento.

E essas ações não ficaram restritas só aos prédios educacionais, mas também à organização dos símbolos nacionais, feriados, composição de um novo hino, tudo isso faz parte do ensino de História do país, e o mais significativo, qual era a História que agora seria contada. O hino “Independência Total”, composto por Alda Espírito Santo, tem numa estrofe a referência à luta por independência, lembrando sempre ao povo o feito dos revolucionários: “Guerrilheiro da guerra sem armas na mão, chama viva na alma do povo, congregando os filhos das ilhas em redor da Pátria Imortal. Independência total, total e completa [...]”⁷.

Para a definição dos feriados nacionais e datas festivas, o governo, em 1975, adotou datas das revoltas e motins do período colonial e os marcos da luta anticolonial. O dia 3 de fevereiro foi decretado o “Dia dos Mártires do Colonialismo”⁸ em homenagem aos homens e mulheres que participaram no Massacre de Batepá⁹. As outras datas escolhidas foram o 6 de setembro, como o “Dia Nacional dos Heróis”¹⁰; 26 de novembro, aniversário da assinatura do Acordo de Argel; 21 de dezembro, Dia de São Tomé e aniversário da ilha; 25 de dezembro, “Dia da Família”.

Apesar dos esforços de ressignificação da história santomense através das ações do Ministério da Educação e outras pastas, os desafios para oferecer uma educação de qualidade continuavam. Dois empecilhos eram bastante preocupantes, o primeiro a falta de corpo humano, já que os professores que restaram nas ilhas no pós-1975 não eram suficientes para a demanda. O segundo era a grande taxa de analfabetismo entre a população. Para a resolução desses problemas, duas alianças seriam estabelecidas, uma com Portugal e a outra, com o educador brasileiro Paulo Freire.

⁷ Hino Nacional de São Tomé e Príncipe, Independência Total, composição de Alda Graça Espírito Santo, 1975.

⁸ Em 1980, o feriado mudou para o “Dia dos Heróis da Liberdade”. SEIBERT, 2002, 134.

⁹ Em 1953 ocorreu uma revolta na localidade de Trindade, na ilha de São Tomé, que tinha o intuito de impedir o trabalho a força nas roças de cacau e café. Tal episódio ficou conhecido como o Massacre de Batepá. MATOS, 2018, pg. 16.

¹⁰ Em 1980, o feriado mudou para o “Dia das Forças Armada” SEIBERT, 2002, 135.

Figura 6: Notícia da chegada de professores portugueses nas ilhas



Fonte: *Revolução*, nº 14, 1976, p. 05.

Em 16 de janeiro de 1976, fruto de um acordo de cooperação assinado no ano anterior com Portugal, chegavam às ilhas 17 dos 32 professores portugueses que se previa irem para São Tomé e Príncipe. O *Revolução* destacou o esforço dos dirigentes por mostrar que a educação era uma premência. O jornal colocava que o acordo com os portugueses era o maior exemplo de que o Estado tinha a educação como prioridade e que teriam sempre a capacidade de resolver os problemas sociais existentes. No jornal, o tema educação era tratado como a grande possibilidade de mobilidade social que, com o fim do regime colonial, essa oportunidade seria possível a todos. Segundo Antónia Barreto, “o ensino secundário desde a independência do país vinha sendo apoiado pela cooperação portuguesa, traduzindo-se fundamentalmente esse apoio na lecionação de professores cooperantes no liceu nacional” (BARRETO, 2012, p. 506).

Contudo, a recepção dos professores portugueses – que tinham chegado para reforçar o ensino noturno, turno que ainda não tinha sido ofertado por falta de profissional – não foi como o esperado pelo governo santomense. No mês seguinte, o *Revolução* denunciou o que eles consideravam animosidade e falta de educação dos alunos santomenses para com os professores portugueses. O título do texto era bem sensacionalista e colocava os estudantes como antipatriotas: “Boicotar o esforço do

governo é prejudicar a marcha revolucionária do povo, rumo ao progresso nacional”¹¹. Ainda ressaltou o esforço do governo em conseguir profissionais capacitados para os liceus e cursos técnicos, louvando a boa vontade desses professores. Recordou que essas ações poderiam desencorajar os profissionais que lá estavam e os que estavam a caminho, e que sem educação o homem novo santomense não se firmaria.

É bom salientar que o discurso antiportuguês foi intensificado nas ilhas desde o início da luta pela independência, acentuou-se no governo de transição, em 1974, e ganhou forma concreta no pós-independência. Esse discurso era a base da construção da nova nação. Logo, já era de se esperar que houvesse uma aversão aos professores de origem portuguesa, já que a presença deles nas ilhas lembrava, especialmente, o colonialismo.

Contudo, no dia 3 de fevereiro de 1976, o jornal repudiou a atitude dos alunos muito incentivada pelo permanente discurso antiportuguês do jornal e do governo. No entanto, mesmo com essas rugas entre alunos e professores – que como não foi mais noticiada no jornal, não acredito que tenham cessado – o país continuou recebendo um quantitativo em grande escala de portugueses, até 1988.

O segundo desafio a ser combatido era o analfabetismo e pela quantidade de texto referente a isso no jornal, de 1975 a 1980, fica evidente que era um dos maiores problemas no quesito educação. Nesse ponto, Paulo Freire, educador brasileiro, foi um grande parceiro do país. O educador foi responsável por produzir material didáticos, participou de formações de professores e coordenadores, e seminários sobre alfabetização.

No momento, por exemplo, o que me preocupa enormemente, junto com as equipes nacionais de São Tomé e Príncipe, é a criação de materiais, de textos, de pequenos livros, com os quais se possa dar suporte ao processo de alfabetização e de pós-alfabetização no país. Então estou muito dedicado à criação desses materiais, ora com eles lá — onde vou quando eu faço as minhas visitas —, ora aqui. (FREIRE, 2011, p. 51)

Segundo, Freire, todo o material produzido por ele era analisado pela comissão de educação das ilhas, que trabalhava diretamente com ele, e, principalmente, pelo presidente Manuel Pinto da Costa. Esse relato do educador demonstra o controle que existia por parte do chefe máximo do país. Que participava de forma direta dos assuntos,

¹¹ *Revolução*, nº 16, 03 de fevereiro de 1976, p. 2.

inclusive avaliando a produção de material. Freire conta, no livro *A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*:

E o presidente é um sujeito formidável. Além de um homem muito culto, no bom sentido dessa palavra, ele é um sujeito muito sério, muito trabalhador. Então ele lê mesmo o texto que eu mando, para dar o seu parecer, como político, como presidente da República, porque eu não poderia imprimir nem uma página aqui sem o sim do governo. (FREIRE, 2011, pg. 52).

Figura 7: Seminário Nacional de Alfabetização de Adultos de São Tomé e Príncipe, com a participação de Paulo Freire, em 1976



Fonte: *Revolução*, nº 30, 1976, p. 03.

Em 1976, entre os dias 2 e 18 de dezembro, aconteceu em São Tomé e Príncipe o 1º Seminário Nacional de Alfabetização de Adultos. Estiveram presentes na abertura do evento membros do governo, como Miguel Trovada, na época primeiro-ministro; Carlos Graça, ministro de Saúde e Desporto; Celetisno Costa, ministro de Educação; Alda Espírito Santo, ministra da Informação; Leonel Mário de Alva, ministro dos Negócios Estrangeiros; José Frete, ministro da Justiça; e o educador Paulo Freire.

Foram duas semanas intensas de atividades voltadas para a formação dos professores e organização dos planejamentos para as atividades escolares do ano de 1977. No encerramento do evento, o presidente Manuel Pinto da Costa, enfatizou para os participantes:

Quero recordar-vos que recai sobre vós, sobre nós todos uma grande responsabilidade. Desencadeamos a guerra de libertação do homem do

mundo da alienação colonialista e capitalista, estou certo da vitória. [...] Dificuldades irão surgindo no nosso caminho, é natural, mas vencê-las dar-nos-á a medida da nossa determinação ao serviço do povo. (REVOLUÇÃO, 1977, nº 30, p. 03).

Os materiais produzidos por Paulo Freire eram guias, ou, melhor dizendo, cartas, como ele mesmo sugeriu à Comissão de Cultura Popular, para a formação dos animadores (coordenadores), que cuidavam da alfabetização; e também livros alfabetizadores para os alunos, de crianças a adultos. Freire afirma que sua preocupação era com a linguagem utilizada com os alunos, que precisava ser uma linguagem mais simples, mas isso não significava que não seria efetiva. Enquanto para os formadores era menos simples, porém não complicada, já que a educação não se concretiza pelo nível de dificuldade (FREIRE, 2011, p. 56).

A preocupação do educador brasileiro em que o material produzido ajudasse de forma efetiva no combate ao analfabetismo era tanta, que ele aceitou não assinar os livros e as cartas. Elas eram assinadas pela comissão santomense que cuidava do programa de alfabetização. Freire declarou que não tinha nenhum problema com o fato do seu nome não figurar nos materiais, pois o foco era que os alunos e professores sentissem que o produto era nacional (FREIRE, 2011, p. 54).

O que fica evidente nas declarações de Paulo Freire e nos textos publicados pelo jornal *Revolução* é que toda a participação do educador demonstra o envolvimento dele com as ilhas e as pessoas, e também o controle do estado santomense nas produções e formações pedagógicas. Já que o governo controlava se o material estava condizente com a ideologia do regime. O combate ao analfabetismo era importante, mas o controle das massas também, que precisavam acreditar nos passos da revolução e nos caminhos que seus líderes estavam traçando, e a educação era a força motora desse processo. A questão da relação do santomense com o trabalho nas roças era um desafio a ser vencido pelo governo e, em um dos livros produzidos por Freire para as ilhas, essa ideologia estava lá:

Você vê, o nome do caderno já é também um desafio. E esse caderninho — que deve ser usado quando o alfabetizando alcança a décima quarta palavra do primeiro caderno — desafia, desde o começo até o fim, a criatividade do alfabetizando. E é eminentemente político também. Não há uma armação que não seja política. Não há uma palavra, um textinho que não tenha conteúdo político. Mas não “sloganizante”. Por exemplo, há duas codificações nesse segundo caderninho, duas fotografias muito boas. Uma é a de um grupo de meninos tentando nadar, nadando numa enseada. E a outra é de um grupo de homens trabalhando com enxadas etc. Então, ao lado da primeira fotografia está escrito “É nadando que

se aprende a nadar.” Ao lado da segunda fotografia está escrito: “É trabalhando que se aprende a trabalhar.” E no rodapé da página está escrito: “Praticando aprendemos a praticar melhor.”. (FREIRE, 2011, p. 60).

Como já foi dito mais acima no texto, com a independência, a economia continuou a sustentar-se nas roças, sendo necessário resolver a questão da mão de obra. Na edição n.º 2, o *Revolução* tinha logo na sua capa um texto com o título *Trabalhar é aprender, aprender é para trabalhar e lutar*. O artigo visava explicar à população que trabalhar nas roças era um ato revolucionário e dissociar a imagem negativa do trabalho braçal, construída durante o período colonial. Quem outrora defendia o não trabalho nas roças tentava agora apresentar uma ideia diferente. Na análise desse texto, publicado no dia 15 de agosto de 1975, um mês após a independência, e comparando com a descrição de Paulo Freire do material que produziu para o processo de alfabetização, fica incontestável a inserção da ideologia do MLSTP nos materiais didáticos, principalmente aqueles dedicados à educação de adultos.

Em uma entrevista concedida em março de 1979, para o jornal *Revolução*, fica evidente que as preocupações de Freire com as ilhas extrapolavam os interesses educacionais. Ele estava envolvido com a política e com o projeto político conduzido pelo MLSTP. Na entrevista, realizada após mais uma visita ao território santomense, ele estava preocupado com a condução dos movimentos políticos àquela altura, alertando que a população não poderia cair nos riscos dos pensamentos pessimistas e oportunista:

Sobretudo nas sociedades que não fizeram, ainda, a sua revolução, sociedades em transição, como a nossa S. Tomé, que está buscando revolucionar-se, são dois os grandes riscos que as pessoas correm. O primeiro é o risco de trabalhando, trabalhando insistentemente, buscando fazer as coisas que nem sempre dão certo, a gente termina caindo num pessimismo, numa desesperança trágica, ao ponto de dizer: não adianta mais. O segundo é o de virar oportunista e cínico, dizendo: agora eu faço esforços, mas é para mim, vou conseguir uma bolsa de estudo para virar doutor, porque virando doutor ganho mais – afirmou ao *Revolução* o pedagogo brasileiro Paulo Freire [...]. (REVOLUÇÃO, 1979, n. 47, p. 06).

Ainda sobre a educação de adultos nas ilhas, o jornal retratou com indignação as falas maldosas de alguns cidadãos com os mais velhos que decidiram voltar ou iniciar pela primeira vez os estudos. No dia 9 de janeiro de 1976, foi publicado o texto “*A Educação como prática de liberdade*”, cuja finalidade era falar sobre o combate ao analfabetismo e desconstruir as falas negativas sobre isso. Eram jogadas na conta do

colonialismo português as altas taxas do país, que, para o *Revolução*, eram uma tentativa para fazer com que os santomenses permanecessem no obscurantismo. Por isso, para o jornal, combater o preconceito contra os adultos que retornavam aos estudos fazia parte de uma ação patriótica. Um pouco mais sobre esse posicionamento é descrito abaixo:

O analfabetismo e obscurantismo conduzem-nos ao atraso, que por sua vez, constituem um obstáculo ao avanço do processo revolucionário, no qual todo o povo de S. Tomé e Príncipe deve estar engajado. Foi por esta razão que o regime colonial defunto limitou o nosso acesso às escolas [...] Por isso, devemos consciencializarmo-nos dessa realidade, e, independentemente da idade, do sexo, etc., ingressarmos todos nas escolas, no curso de alfabetização. É frequente alguns inconscientes dizerem que os camaradas mais velhos só vão à escola, porque não têm que fazer àquela hora. Somos contra uma tal insinuação, que só atesta falta de consciência política de quem a profere. [...] Portanto, novos e velhos, todos devem estudar para servir melhor a causa justa pela qual nos batemos, ou seja, a reconstrução nacional. (REVOLUÇÃO, 1976, nº 13, p. 6 e 9).

Organizar a educação nos primeiros anos da república santomense não foi fácil. Sobre o governo pesava os 500 anos de colonização portuguesa e também a inexperiência com a temática. A colonização deixou como herança negativa uma alta taxa de analfabetismo, estruturas de educacionais precárias, com poucos estabelecimentos, e uma cultura de que o acesso aos estudos não era para todo mundo.

O governo independente do MLSTP chegou com a promessa de mudar essa realidade, construindo escolas, com reformas educacionais, ampliação de acesso ao ensino básico, fortalecimento da educação de jovens e adultos. Muito desse processo com o apoio de Portugal e Brasil, através de professores enviados para ensinar nas ilhas e da parceria educacional do educador Paulo Freire, respectivamente.

Contudo, não só com a boa vontade revolucionária seria resolvido o problema educacional. Após os anos iniciais, faltou verba, uma organização mais efetiva, continuou-se dependente de uma mão de obra portuguesa. Para além do endurecimento do regime do partido único, que passou a perseguir, prender e exilar cidadãos e membros efetivos do governo, essas ações também refletiram na condução da educação santomense. Após a primeira reforma educacional, ocorrida em 1982, como já foi dito acima, a próxima transformação na estrutura só ocorreu em 2003, após o processo de reabertura política, mas aí já papo para outro artigo.

Referências:

AMADO, Lúcio Neto. **História da Educação no Arquipélago de São Tomé e Príncipe (1470-1975): Ensino Secundário**. 1ª edição. Lisboa: Edições Colibri, 2021.

BANDEIRA, Jessica do Rosário. **Diversidade Linguística na Lusofonia: o Ensino de Português em São Tomé e Príncipe**. Trabalho de conclusão de curso. UNILAB, 2017.

BARRETO, Antónia. “A reforma do ensino secundário em São Tomé e Príncipe”. **Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica** (2012), 505-517.

BERTHET, Marina. “São Tomé e Príncipe: reflexões sobre alguns aspectos de sua história agrícola no pós-independência”. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 961-986, set-dez. 2016.

CARDOSO, Maria Manuela. **Educação em São Tomé e Príncipe**. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa,

CASSINELA, Osvaldo Israel Salumbongo. **Panorama do sistema educacional dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) desde suas independências**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa – MG, 2016.

COSTA, Manuel Pinto da. **Terra Firme**. Porto: Afrontamento, 2011.

ESPÍRITO SANTO, Carlos. **A Primeira República**. Volume 1. Lisboa: Colibri, 2015.

FAVA, Filipa. “O Português é crescentemente a língua materna”. 2009, Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/en/institutional/publications/jornal-de-letras-pt/o-portugues-e-crescentemente-a-lingua-materna>. Acessado em: 04 de setembro 2022.

FEIO, Joana Areosa. **De Étnicos A “Étnicos”: Uma Abordagem Aos “Angolares” De São Tomé E Príncipe**. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa – ISCTE, 2008.

_____. **Pode alguém ser quem não é: uma abordagem antropológica às dinâmicas da etnicidade em São Tomé e Príncipe**. Tese de doutorado. Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 2018.

FERNANDES, Euridice dos Ramos Afonso. **Educação de Adultos em São Tomé e Príncipe: Uma análise do programa de alfabetização de adultos no distrito de Água-Grande**. Dissertação de mestrado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2015.

FREIRE, Paulo. **A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe**. São Paulo: Paz & Terra, 2011.

HAGEMEIJER, Tjerk. “As Línguas de S. Tomé e Príncipe”. **Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola** 1:1 (2009).

MATOS, Dandara Sílvia. **Um registo da história: a Primeira República santomense através do jornal Revolução**. Dissertação de mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, 2018.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque; PORTO Walter Costa; e MANTOVANINI Thelmer Mário (org.). **As Constituições dos Países da Comunidade de Língua Portuguesa comentadas**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2008.

NASCIMENTO, Augusto. “A inelutável independência ou os (in) esperados ventos de mudança em São Tomé e Príncipe”. In: ROSAS, Fernando, Machaqueiro, Mário e Oliveira, Pedro Aires (orgs.). **O adeus ao império: 40 anos de descolonização portuguesa**. Lisboa: Veja, 2016.

_____. “A Voz de S. Tomé: romper com a modorra vincando o cinzentismo? (1947-1974)”. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 58-78, jan.-jun. 2015.

_____. “São Tomé e Príncipe na idade adulta: a governação e o descaso da rua”. **Tempo do Mundo** 2, 3: 45 – 73, 2010.

PADILHA, Laura. “Guerra, poesia, estilhaç[ament]os: um olhar para Angola”. **Mulemba: Revista de Estudos de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa**, 1, 1-14, 2012.

ROMANA, Heitor Alberto Coelho Barras. **São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades**. Lisboa, Instituto Superior de Ciências e Políticas, 1997.

SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, Clientes e Compadres: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe**. Lisboa: Veja, 2002.

_____. “Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Divergências Históricas e Identitárias”. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21315/13894>, 2014.

SOUSA, João da Silva Pinto de. **Abordagem dos processos de independência: descolonização do Brasil e São Tomé e Príncipe em livros didáticos de história do ensino médio**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados - Faculdade de Educação. Dourados-MS, 2015.

VARELA, Ana Maria Barros dos Santos. **A função pedagógica das imagens nos manuais de português no ensino básico em S. Tomé e Príncipe**. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2008.

Lista de ilustrações:

Figura 1: “Proclamação da Independência de São Tomé e Príncipe”, Fundação Mário Soares / Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, 1975. Disponível: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_15893. Acessado em: 08 de agosto 2022.

Figura 2: O Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa, cumprimenta uma delegação oficial do Departamento de Estado norte-americano à chegada à base. Localização: Andrews Air Force Base, Maryland (Md) Estados Unidos Da América (EUA) https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_Pinto_da_Costa#/media/Ficheiro:Manuel_Pinto_da_Costa.jpg. Acessado em: 08 de agosto de 2022.

Figura 3: Alda Graça Espírito Santo. Templo Cultural Delfos: <https://www.elfikurten.com.br/2015/07/alda-espírito-santo.html>. Acessado em: 25 de fevereiro de 2024.

Figura 4: Alunos em férias na produção agrícola, 1979. Jornal Revolução, Nº 48, 1979, página 04. <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10494.044>. Acessado em: 25 de fevereiro de 2024.

Figura 5: Curso de formação de professores primários, em 1979. Jornal Revolução, Nº 47, 1979, página 04. <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10494.043>. Acessado em: 08 de agosto de 2022.

Figura 6: Notícia da chegada de professores portugueses nas ilhas. Jornal Revolução, Nº 14, 1976, página 05. <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10494.013>. Acessado em: 08 de agosto de 2022.

Figura 7: Seminário Nacional de Alfabetização de Adultos de São Tomé e Príncipe, com a participação de Paulo Freire, em 1976. Jornal Revolução, Nº 30, 1977, página 03. <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10494.028>. Acessado em: 08 de agosto de 2022.

Tabela 1: Jornal Revolução, nº 6, 1975, página 05. <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10494.005>. Acessado em: 08 de agosto de 2022.